

ARTIGO

REINVENÇÕES DE SI: O EXÍLIO COMO DESLOCAMENTO E CRÍTICA

REINVENTIONS OF THE SELF: EXILE AS DISPLACEMENT AND CRITIC

MAURICIO PARADA*

RESUMO

Com a ascensão de regimes autoritários e o crescimento dos fascismos na Europa a partir da década de 1920, o Brasil tornou-se um dos muitos locais de acolhimento de exilados europeus. Nesse artigo apresento uma análise da trajetória exilar de três intelectuais, com raízes no antigo império austríaco, que chegaram ao Brasil em datas muito próximas e que tomaram atitudes muito distintas com relação à situação de exílio: Otto Maria Carpeaux, Villém Flusser e Stefan Zweig. O estudo de suas obras indica um campo de temas comuns e relevantes para a formação do pensamento social brasileiro e como tal deve ser objeto de reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Exílio, Intelectuais, Brasil.

RESUMEN

Con el auge de los regímenes autoritarios y el crecimiento del fascismo en Europa a partir de la década de 1920, Brasil se ha convertido en uno de los muchos destinos de exiliados europeos. En este artículo presento un análisis de la trayectoria tres intelectuales exiliados, con raíces en el antiguo Imperio Austríaco, que llegaron a Brasil en fechas muy cercanas y que han tomado muy diferentes actitudes hacia la situación de exilio: Otto Maria Carpeaux, Villem Flusser y Stefan Zweig. El estudio de sus obras indica un campo de la común y temas de interés para la formación del pensamiento social brasileño y como tal debe ser objeto de análisis.

PALABRAS-CLAVE: Exilio, Intelectuales, Brasil.

Introdução

O exílio constrói uma das narrativas mais poderosas da cultura ocidental. Desde o mais célebre dos exilados, Édipo, o exílio permeia a literatura como metáfora, sendo considerado até mesmo como o arquétipo da situação do escritor ou artista. No contexto da modernidade Theodor Adorno dizia que a sensação de estranhamento, do não se sentir em casa estando em casa, é a única postura moral aceitável. Há de se notar ainda que boa parte dos grandes nomes da literatura mundial vivenciou o exílio. A lista é infindável: de Thomas Mann a Stefan Zweig, de James Joyce a Samuel Beckett, de Robert Musil a Elías Canetti, de Albert Camus a Emil Cioran.¹

Os estudos sobre o exílio e a experiência exilar tem crescido nas últimas décadas, especialmente na América do Sul. Assim sendo, podemos observar que historiadores e cientistas políticos apontam suas análises para duas direções principais, que não são excludentes, mas que de certa forma são distintas. Por um lado, há uma ênfase no exílio como fenômeno político e, por outro lado, estudos que destacam as dimensões culturais das experiências exilares. Podemos citar o texto seminal de Denise Rollemberg Cruz, *Exílio. Entre raízes e radares* ou os trabalhos de Andreia Maia e Tatiana Paiva como exemplos de estudos sobre o exílio político de brasileiros durante a Ditadura Militar. São trabalhos que se abordam de diferentes maneiras um conjunto de questões, compartilhados com estudiosos argentinos, chilenos, uruguaios, nos quais são tratados os estranhamentos, desenraizamentos e lutos típicos do exílio, mas ao mesmo tempo refletem sobre as dúvidas da militância políticas, a recomposição das redes de solidariedade, a imprensa de resistência e as campanhas de denúncia da ditadura.² Em outro registro temos o trabalho de Isabela Kestler sobre a literatura de exílio produzida por intelectuais alemães no Brasil, que foi publicado em português com

o título de *Exílio e literatura. Escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. O tema da política não poderia ser deixado de lado, parece óbvio, mas o trabalho se concentra na trajetória e na produção de intelectuais, principalmente judeus, chegados ao Brasil devido à perseguição perpetrada pelo Estado alemão nos anos de 1930. A literatura de exílio de língua alemã tornou-se um gênero ou mesmo um patrimônio, uma vez que conta com um arquivo próprio dedicado a registrar essa experiência, o Deutsches Exilarchiv 1933-1945 da Deutschen Nationalbibliothek situado em Frankfurt. Essa abordagem também encontra repercussão em toda a América tendo em vista os estudos sobre os intelectuais republicanos espanhóis que encontraram refúgio no México e no Chile, sobre os italianos antifascistas na Argentina ou sobre a grande comunidade judaica que fugiu para os Estados Unidos.³

Nesse sentido, uma história do exílio político e uma história dos intelectuais exilados, indica um campo de temas comuns e relevantes para a formação do pensamento social brasileiro e como tal deve ser objeto de reflexão. Gostaria de apresentar, neste texto, três casos que compõem um registro coeso e ao mesmo tempo diverso. Nesse momento me interessa mais o estudo dos intelectuais que encontraram acolhida no Brasil por decorrência da perseguição política e religiosa europeia dos anos de 1930. Procuo analisar, portanto, a trajetória de três exilados, com raízes no antigo império austríaco que chegam ao Brasil em datas muito próximas e que tomaram atitudes muito distintas com relação à situação de exílio e que produziram sobre o Brasil relatos muito diferentes: Otto Maria Carpeaux, Villém Flusser e Stefan Zweig.

Intelectuais e Exílio

As migrações, as diásporas e os exílios deixaram marcas profundas na cultura do século XX. Essas experiências de deslocamento foram fontes de extraordinárias produções intelectuais, teceram laços importantes entre línguas e literaturas, retirando-as de seus enclausuramentos nacionais, misturando-as e lhes dando uma dimensão cosmopolita e supranacional. Uma história do pensamento crítico no século XX não pode ignorar a contribuição dos intelectuais exilados. Segundo Traverso, os exilados – no sentido amplo da palavra, não apenas os que viveram o desterro político - foram os analistas mais agudos, por sua intabilidade e sua condição de *outsiders*, da violência dos tempos sombrios do último século.⁴

O surgimento de apátridas a partir da deflagração da Primeira Guerra Mundial, foi uma dimensão severa dos inúmeros processos de exílio ocorridos no entre guerras. Hannah Arendt, no quinto capítulo do seu livro sobre o imperialismo, dedicou algumas páginas ao tema dos apátridas. Ela aponta que a “produção” extraordinária de pessoas sem direitos, fora de qualquer cobertura institucional legítima como um dos indicadores da crise do Estado nacional contemporâneo. O “apátrida” seria um deslocado absoluto, desprovido de direitos e a grande contradição do sistema de nacionalidades após a Grande Guerra. As situações de exílio seriam uma parte do contexto geral em que também se encontravam refugiados e imigrantes.⁵

As décadas de 1920 e 1930, com suas crises políticas e econômicas e seu corolário de perseguição racista e religiosa, contribuiu imensamente para a larga produção de apátridas no mundo. No caso alemão, o governo nazista perseguiu grande parte de sua população alegando que muitos não se encontravam dentro das características germânicas desejáveis ou se apresentavam como personagens politicamente inassimiláveis. Hartog observa que esse deslocado foi uma

figura importante na lenta construção de uma nova forma de historicidade. Atualizando conceito de “brecha” (*gap*) formulado por H.Arendt na obra *Entre o passado e o futuro*, Hartog afirma que a temporalidade vivida pelos deslocados de nosso tempo ocorre no interior de um *gap* temporal em que o tempo histórico está suspenso, um tempo desorientado, situado entre dois abismos: um passado que não está abolido, mas do qual nenhuma orientação pode oferecer e um futuro do qual fazemos não fazemos ideia de como será. Vivendo em um tempo em transito esse deslocado, exilado entre distintas temporalidades será um observador agudo desse novo tempo.⁶

Porém, Traverso chama atenção para a distância entre os acontecimentos trágicos do século XX e a produção de uma reflexão consistente. Segundo ele, a percepção da gravidade dos acontecimentos demorou muito para acontecer e poucos foram aqueles que transformaram o acontecimento em crítica. Nesse sentido, os exilados foram os primeiros a transformar a experiência dos horrores do século XX em objeto de pensamento. Por isso a sua contribuição ao pensamento crítico foi, e ainda é, tão fundamental para a escrita da história. O desenraizamento nacional, a perda do trabalho, das ligações familiares, da língua e do contexto social e cultural, acabando por transformar o exilado em um personagem dotado de uma condição fundamental para a construção de uma análise crítica do mundo contemporâneo, o estranhamento ou a distância.⁷

A proposição de Traverso se sustenta no que ele denomina de hermenêutica da distância. Vivenciando o estranhamento proporcionado pela distância, que lhe foi imposta os exilados e apátridas são obrigados a observar sem nenhuma empatia o mundo do qual foram expulsos e enfrentar eticamente o mundo para o qual se dirigiram. Crítica e compromisso (ético) são as bases da hermenêutica, quase existencial, da

qual Traverso menciona. A potência presente no exilado desse novo tempo é ao mesmo tempo sua tragédia, ou seja, sua impossibilidade de retorno, uma vez que o mundo material, jurídico, cultural ou pessoal foi aniquilado, transformando a distância em impossibilidade. Nesse caso, o lugar de exílio torna-se também espaço imaginativo.

Frente ao novo mundo de acolhida e com um futuro às vezes imprevisível pela frente, muitos reinventam suas identidades e trajetórias de vida. Um novo começo, como outro nome, religião e profissão marcam as histórias desses exilados desenraizados. Nesse caso, se assemelham àqueles que realizam jornadas próximas como os imigrantes, por exemplo. È sempre difícil encontrar o limite entre a imigração e o exílio, somente através de relatos, autobiografias ou diários é possível atestar a condição de uma viagem movida pela perseguição e pela intolerância política, religiosa ou étnica.

Uma imagem que poderia sintetizar essa diferença entre o imigrante e o exilado pode ser encontrada em um texto do escritor Moacir Scliar, nascido em Porto Alegre no centro da comunidade judaica local, no bairro do Bom Fim, intitulado *Max e os felinos*. Na pequena novela, Scliar narrou a história do jovem judeu alemão Max Schmidt que, depois de diversos percalços em Berlim às vésperas da guerra, embarcou fugido no porto de Hamburgo em um navio para o Brasil. Uma das viradas da trama ocorre no momento da fuga/travessia pelo mar: o velho navio (em um ganancioso golpe do capitão e do proprietário) é posto a pique e Max é abandonado pela tripulação. O herói se salva em um escaler, mas fica preso no bote junto com um jaguar. O centro da questão está na impossibilidade de retorno que sugere o afundamento do navio. Esse é o mesmo horizonte de expectativa de todo perseguido que foge e o que o diferencia do imigrante. Sua trajetória depende de

situações que não controla, em condição de instabilidade perpétua convive e negocia sua experiência com o outro.⁸

Assim, sem horizonte de retorno, Carpeaux, Flusser e Zweig chegaram ao Brasil. Aqui, reinventaram a si próprios e fizeram do Brasil o espaço de sua experiência de crítica e crise.

O exílio alemão no Brasil e as políticas de acolhimento

Dentre os muitos exilados que fizeram do Brasil sua nação de acolhimento, estão italianos, portugueses, espanhóis, russos, poloneses, franceses, sírios, libaneses e pessoas de muitas outras nacionalidades. Sobrepõem-se às nacionalidades as identidades religiosas: judeus, protestantes, cristãos, cristãos maronitas, sírios alauítas etc. Entre 1929 e 1945 entraram no Brasil milhares de estrangeiros, muitos chegaram na condição de exilados, fugidos de perseguições políticas e da crise econômica do entre guerras.

Carpeaux, Flusser e Zweig, nascidos como judeus de fala alemã em cidades do antigo Império Austríaco - Viena e Praga – compartilharam de um conjunto de referências culturais muito próximas e fizeram um trajeto exilar relativamente semelhante. Chegaram ao Brasil entre 1939 e 1942 no momento crucial da expansão nacional-socialista na Europa.

Segundo Durzak, a história do exílio germânico se desenrola em três fases, ligadas diretamente à consolidação inicial do regime nacional-socialista e posterior anexação da Áustria, à eclosão da II Guerra Mundial e à invasão dos países vizinhos pelas forças armadas alemães. A primeira fase, que vai de 1933 a 1938, podemos denominar de período

de espera. Com a vitória eleitoral de 1932/1933 do Partido Nacional Socialista uma progressiva legislação de restrições foi implementada criando um grupo de cidadãos indesejáveis que não tinham mais o suporte do Estado. Perseguidos por questões raciais, políticas ou morais, muitos alemães iniciam um processo de fuga e se refugiam nos países próximos à Alemanha aguardando a uma possível queda do regime nazista. A França, a Bélgica. A Holanda, a Inglaterra e a Tchecoslováquia são as principais rotas de fuga, uma vez que esses países apresentavam regimes democráticos estáveis. A fuga para outros países europeus explica-se pelo fato de que era consenso entre os exilados de todos os grupos que o nacional-socialismo teria uma vida curta no poder.

Segundo Kestler, nestes países de asilo, escritores e intelectuais juntamente com grupos políticos locais desenvolveram intensas atividades políticas de denúncia do nacional-socialismo. Jornalistas fundaram jornais, editores criaram editoras para publicação de obras do exílio e grupos políticos de diferentes tendências se associaram para lutar contra o regime nazista. Este primeiro período do exílio foi em termos literários, artísticos e culturais o mais frutífero. Com o aumento da recessão e do desemprego ao longo dos anos 30, França, Suíça e outros países de asilo passam a restringir a concessão de vistos de permanência assim como licenças de trabalho para os exilados. Aumenta por outro lado o êxodo com a anexação da Áustria em março de 1938, o número de exilados, que a esta altura já não são mais bem-vindos em nenhum país da Europa, de fato a anexação da Áustria assinala marcou o fim do primeiro período do exílio.⁹

O segundo período de 1938 a 1940 é o da fuga em massa de todos os grupos de exilados para países ultramarinos. A ocupação de parte da Tchecoslovaquia, que abrigava milhares de exilados, iniciou uma fuga para a França e Inglaterra. Com a invasão da Polônia, em

setembro de 1939, e a da Holanda, Bélgica, Luxemburgo seguida da rendição da França em junho de 1940, provocou a fuga em massa dos exilados (só na França viviam cerca de 55.000 exilados alemães e austríacos), que, sobretudo de Marselha, no sul da França, tentaram obter vistos para países fora da Europa.

A terceira fase de 1940 a 1945, foi caracterizada pela dispersão dos exilados em quase todos os continentes. Os EUA acolheram a grande maioria, enquanto que a América Latina acolheu entre 75.000 e 90.000 exilados. Havia também centros exilares em Shanghai (China), Turquia, África do Sul, Austrália, Palestina (ainda sob mandato britânico) e na Nova Zelândia. Em todos estes países de asilo, a maior parte dos escritores produziu obras significativas, o mais importante país de asilo na América Latina foi a Argentina, que acolheu entre 45.000 e 50.000 refugiados.

Ao longo da década de 1930 o Brasil se tornou o segundo mais importante país de asilo na América Latina, entre 1931 e 1940 entraram no país cerca 328.607 imigrantes. No entanto, o tema da entrada de estrangeiros estava sendo colocado na pauta política desde a Revolução de 1930. Segundo Koifman, a constituição de 1934 trouxe as primeiras leis de restrições a estrangeiros refletindo o forte debate eugenista ao qual a imigração passou a estar associada. Em 1937, com o Estado Novo, uma política imigratória claramente seletiva começa a ser praticada culminando no decreto-lei 3.175/41 que define as exigências físicas e morais para a entrada no Brasil. De diversas formas essas leis foram burladas, a Igreja negociou cotas para católicos perseguidos e alguns consulados emitiram vistos com generosidade, mas inegavelmente a legislação deu sinais da força das ideias nacionalistas e mesmo antissemitas que norteavam a política imigratória brasileira.¹⁰

Neste período cerca de 16.000 alemães, austríacos ou outros nacionais de fala alemã entraram no Brasil. Aqueles que tinham uma atividade intelectual vieram para o Brasil só a partir de 1938 e em muitos casos somente porque a emigração para os Estados Unidos não era possível. O Brasil não era, portanto, o país de asilo desejado. Segundo Kestler, ao contrário do que aconteceu no México e na Argentina, os escritores de fala alemã exilados no Brasil não conseguiram, até por razões legais em função do decreto de 1941, fundar uma editora própria ou publicar em editoras brasileiras. O fato de que poucos escritores e intelectuais representativos e conhecidos se exilaram no Brasil explica também a pouca importância do Brasil enquanto local de produção de literatura do exílio alemão. Dentre os escritores mais representativos situam-se Stefan Zweig (1881-1942); Paula Ludwig (1900-1974); Leopold von Andrian-Werburg (1875-1951), o poeta, romancista e dramaturgo Ulrich Becher (1910-1990), a jornalista Marthe Brill (1894-1969) e o político social-democrata Hugo Simon (1880-1950). Alguns intelectuais exilados fizeram carreira no Brasil e se tornaram referência para a cultura nacional entre eles estão Otto Maria Carpeaux (1900-1978); Herbert Moritz Caro (1906-1991); Anatol Rosenfeld (1912-1973); Vilém Flusser (1920-1991); Paulo Rónai (1907-1992); e o casal Egon (1910-1991) e Frieda Wolff (1911).

Otto Maria Carpeux e o dever do exilado

Carpeaux produziu com intensidade no território de seu exílio. Universalista convicto e humanista de formação, foi atropelado pela modernização conservadora das nações europeias em crise. Para ele, a história é dimensão da condição humana e a modernidade não é uma experiência conduzida pelo nacional. Na contramão da tradição brasileira, preocupada com a especificidade de sua brasilidade, esse

exilado pertencia à outra história, àquela que remetia, parafraseando Stefan Zweig, “aos momentos decisivos da humanidade”.

Nascido Otto Karpfen, Carpeaux cresceu e se educou na cosmopolita Viena das primeiras décadas do século XX, quando a cidade estava mergulhada numa das maiores crises de sua história. Residiu naquela cidade até março de 1938, quando foi obrigado a fugir para escapar da perseguição nazista, por ocasião da anexação da Áustria pela Alemanha.

Como a maior parte dos filhos da burguesia judaica de Viena, Otto Karpfen foi mandado à universidade para obter seu título de doutor. Na Universidade de Viena, frequentou cursos de filosofia e de química, formando-se em 1925, depois de defender tese sobre experiências físico-químicas no laboratório da fundação Spiegler. Concluído os estudos, Karpfen abandonou sua formação científica para estudar Filosofia em Paris, Literatura Comparada em Nápoles e Sociologia e Política na Escola Superior de Política em Berlim. Nessas metrópoles, o jovem viveu seus anos de formação.

Sua conversão ao catolicismo data provavelmente do início dos anos 1930. A incorporação do nome “Maria”, quando da publicação seu livro sobre teologia, *Wege nach Rom (Caminho para Roma)*, seria um sinal dessa conversão. Assim, como muitos intelectuais e artistas de sua geração, Karpfen possuía ancestralidade tanto judaica como católica, o que significava conviver com concepções de mundo bastante diferentes. Ao contrário de muitos, aproximou-se do conservadorismo católico e manteve-se distante do liberalismo da comunidade judaica austríaca.

Com o advento do nacional-socialismo na Alemanha e na Áustria, Karpfen passou a atuar firmemente em defesa da independência de seu país em órgãos de imprensa católicos, como a revista *Der christliche Ständestaat*. Aos poucos, transformou-se em um ideólogo da

vertente social-cristã, cujo ápice foi seu engajamento no governo de Engenbert Dollfuss.

Em 1938, com o *Anchluss*, Carpeaux refugiou-se, primeiro, na Antuérpia, onde encontrou trabalho no *Gaset Van Antwerpen*, o maior jornal belga de língua holandesa. Em 1939, em face do avanço das tropas hitleristas, abandonou a Bélgica e veio para o Brasil. Durante a viagem, de navio, a Guerra teve início na Europa. Ele e sua mulher, a cantora lírica Helena, desembarcaram em 1939 com uma bagagem de livros raros e um pedido de asilo do papa Pio XII dirigido ao intelectual católico Alceu Amoroso Lima, que o acolheu. No círculo de intelectuais que o recebeu Carpeaux pôde novamente se reinventar, quase uma nova conversão.

Foi no jornalismo que Carpeaux encontrou seu ganha-pão regular e onde conquistou admiradores e amigos, como Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Franklin de Oliveira e Carlos Drummond de Andrade. Em menos de um ano, Karpfen – agora Otto Maria Carpeaux – aprendeu a dominar o português, adotando o Brasil como seu habitat intelectual, a ponto de se naturalizar em 1944.¹¹

Foi também na imprensa que se envolveu em algumas polêmicas e publicou boa parte de seus artigos e ensaios. Uma dessas polêmicas revela alguns aspectos da relação do crítico literário com o cerne do movimento modernista brasileiro. Em 1943, diversos intelectuais, muitos deles alinhados ao movimento modernista, assinaram um manifesto de repúdio a Carpeaux, com a acusação de colaborador do nazismo. O fato que provocou essa manifestação foi um obituário do escritor Romain Rolland, assinado por Carpeaux, na qual ele faz uma avaliação pouco elogiosa da obra do autor do ciclo romanesco *Jean-Christophe*. Rolland era um defensor da posição pacifista dentro da Europa, desde a publicação de *Au-dessus de la mêlée* em 1915, e tido em alta conta por parte dos setores

modernistas no Brasil. A resposta ao texto de Carpeaux, na forma de um manifesto, foi contundente. Entre os signatários do documento, estavam Mário e Oswald de Andrade, Guilherme Figueiredo e Carlos Lacerda.

A obra de Otto Maria Carpeaux, mesmo que construída no universo irregular da escrita jornalística, está longe de ser uma obra fragmentária. Pelo contrário, existe uma organicidade que a perpassa. Nos seus primeiros escritos – *A Cinza do Purgatório* (1942), *Origens e Fins* (1943) –, já se podem encontrar os temas e recursos fundamentais de Carpeaux, mais tarde aplicados na elaboração de sua *História da Literatura Ocidental*, escrita em 1944-45, mas só publicada no final da década de 1950.

Sua concepção de cultura e história permite vislumbrar um retrato do Brasil que não se constrói pela exacerbação da nossa singularidade, mas pela nossa inclusão no fluxo intelectual da sociedade ocidental. Podemos observar isso em um de seus ensaios. Em 1943, ele publicou uma coletânea intitulada *Origens e Fins*. Em uma de suas passagens, o autor faz uma análise do trabalho do crítico literário Álvaro Lins e fornece uma lúcida interpretação de sua condição de exilado:

“O Sr. Álvaro Lins é o crítico da crise das letras brasileiras. Falando em “crise”, não pretendo denunciar, evidentemente, agonias mórbidas, mas ao contrário, transições fecundas atormentadas pelas dores do parto duma nova época dessa literatura brasileira que eu acho, desde já, uma parte integral e importante da literatura universal. E falando sobre as letras brasileiras, estou-me servindo da autorização que a autoridade do Sr. Gilberto Freyre me conferiu, quando falava, outro dia, da minha “integração na nossa vida intelectual”. [...] A literatura é a expressão máxima da vida espiritual de uma nação; sobretudo nas civilizações jovens, onde ela representa o lieu géométrique de todas as atividades intelectuais. A literatura é a via regia para a compreensão de uma nação. acho que um intelectual recebido num país estrangeiro não tem o direito de aproveitar-se desta hospitalidade sem o dever, dever muito rigoroso, de interessar-se profundamente pela literatura desse país, até às últimas possibilidades de compreensão”.¹²

Essa citação consta de uma seção denominada, não por acidente, *No Mundo Novo*, renova o tema da hermenêutica da distância anteriormente proposto. Fica claro o estranhamento de Carpeaux com parte da intelectualidade brasileira, mas ele procura anular essa distância empregando o argumento do dever ético do exilado. Já que se identifica como um intelectual estrangeiro em processo de aproximação a outra cultura, Carpeaux se coloca como tendo deveres e obrigações para com ela.

Aparece, nesse momento, o tema do dever “rigoroso” do exilado, acolhido no novo mundo, que seria a compreensão da relação nação/literatura na sua profundidade local. Aliás, a literatura como expressão máxima da nacionalidade torna-se, nesse caso, o acesso privilegiado a especificidade da civilização que se busca compreender. Não significa, com isso, deslumbrar-se com sua singularidade, antes ao contrário, trata-se de, ao entendê-la, incorporá-la ao fluxo da civilização ocidental. Carpeaux pensa a relação literatura/nação brasileira como parte de uma história universal da qual faz parte a Espanha de Lorca, a Itália de Croce etc.

Considerando as narrativas que tratam da condição do exílio, a auto-definição de um “estrangeiro com um dever a cumprir” não é a mais comum. Carpeaux parece querer encontrar para si um lugar de vitória pessoal, de superação da perda trágica que o exílio impõe. Creio, portanto, que é conveniente algumas considerações sobre a escrita do exílio e uma problematização, ainda que inicial, da preocupação de Carpeaux com a assimilação.

Flusser e a falta de fundamento

Vilém Flusser nasceu em 12 de maio de 1920, em Praga, no seio de uma família de intelectuais e artistas judeus. Era filho de uma cantora, Melitta, e seu pai, Gustav, era professor e matemática na Universidade Carolíngia, onde estudou Franz Kafka e onde lecionaram Albert Einstein e Edmund Husserl. Foi também onde o próprio Flusser iniciou seus estudos de filosofia, abandonados quando a invasão nazista o levou a migrar com a família da namorada, Edith. Primeiro para a Inglaterra, em 1939, e no ano seguinte para o Brasil. Sua família ficou em Praga, tendo sido morta em campos de concentração.

Flusser chegou no Brasil pelo Rio de Janeiro, mas logo se estabeleceu em São Paulo. Há poucas fontes sobre a trajetória concreta de Vilém Flusser em seus primeiros anos de Brasil. O sogro de Flusser montou negócios com uma série de representações, o que fez com que precisasse viajar bastante pelo interior do país e talvez por isso certo isolamento cultural que Flusser manteve tanto de outros grupos de judeus exilados, quanto do universo brasileiro, durante pelo menos uma década.

No correr dos anos 1950, Flusser aproximou-se do grupo de intelectuais que se reunia em torno do Instituto Brasileiro de Filosofia e timidamente começa a entrar na vida intelectual brasileira. Alfabetizado em duas línguas, tcheco e alemão, com conhecimentos avançados de inglês e francês, além de instrumentais de hebraico, latim e espanhol, aprendeu o português com relativa facilidade e tornou-se colaborador do *Suplemento literário* do jornal *O Estado de S. Paulo* após a publicação do ensaio *Praga, a cidade de Kafka*, em 1961. Em pouco tempo passou a dar aulas de Filosofia da Ciência na Universidade de São Paulo (USP) e palestras sobre Filosofia da Linguagem no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Também lecionou História do Espetáculo Dramático e Teoria da Máscara na Escola de Artes Dramáticas (EAD), trabalhou

como assistente na Escola Politécnica e como professor na Faculdade de Comunicação da Função Armando Álvares Penteado (FAAP).

No meio da década de 1960, Flusser passou a ser reconhecido como personalidade importante no cenário intelectual brasileiro, altamente envolvida em querelas ideológicas relacionadas à criação de um pensamento dito brasileiro por meio da filosofia. No cenário paulista da época, um movimento mais interessado em consolidar o ensino da filosofia dentro de parâmetros universitários, ligado à criação da USP, contrapunha-se a outro que proclamava a criação de uma filosofia “brasileira”, que articulasse valores locais e universais, promovendo a livre reflexão fora do âmbito acadêmico. Flusser aproximou-se deste último, que reunia os artistas e intelectuais de formações diversas envolvidos em torno do Instituto Brasileiro de Filosofia. Este grupo via-se como herdeiro da tradição modernista de 1922, defensores de sua radicalização estética, aplicada à filosofia. O *Suplemento Literário do Estado de S. Paulo* era uma importante arena de discussão e troca de ideias, meio que garantia sua difusão fora das paredes da universidade.¹³

Vilém Flusser desempenhou um importante papel nesse ambiente. Tão conhecido era seu nome que recebeu convite para representar o Brasil em missão diplomático-cultural na Europa e nos Estados Unidos, com o propósito de divulgar o pensamento brasileiro em diversas universidades. Durante o período em São Paulo, Flusser escreveu cinco livros: *A Dívida* (redigido entre 1962 e 1963) e que só seria publicado postumamente, em 1999, *Língua e Realidade* (1963), *A História do Diabo* (1965) e *Da religiosidade* (1967) e a *Fenomenologia do Brasileiro: em busca de um novo homem* (1972).

Com o recrudescimento do regime militar, o que cerceou e sufocou o ambiente intelectual, Flusser decidiu voltar para a Europa, em novo exílio, desta vez escolhido, no início dos anos 1970. Após breve

passagem pela Inglaterra, Suíça e Itália, estabeleceu-se em uma pequena cidade da Provença, Robion, de onde viajava constantemente para palestrar em diversos países, agora como teórico dos novos meios de comunicação. O engajamento na cultura brasileira cedeu lugar a uma espécie de nomadismo cosmopolita, as discussões sobre escrita e linguagem se deslocaram, em grande parte, para as imagens técnicas, mas também para uma filosofia dos gestos, e passou a ser arauto de uma reflexão epistemológica sobre o que chamou “pós-história”. Manteve relações com o Brasil, país onde deixou três filhos, participou de palestras e deu aulas, mas deixou de envolver-se com a cultura brasileira ou engajar-se na sua divulgação.

Não se sabe exatamente quando, mas ainda nos anos 1970, na Europa, Flusser começou a trabalhar em uma autobiografia. Morreu em 1991, na primeira visita que fez à sua cidade natal, Praga, desde a partida em 1939, em um acidente de carro nos arredores da cidade. Um primeiro acidente, ainda no Brasil, o deixara com uma cicatriz no rosto e um olho de vidro. Após este acidente fatal, foram encontradas, em sua máquina de escrever, folhas datilografadas do que viria a ser o último capítulo de sua autobiografia, no qual descrevia a sensação de percorrer os mesmos caminhos de sua infância. *Bodenlos, uma autobiografia filosófica*, foi publicada no ano seguinte, em alemão. A versão em português – porque Flusser escrevia em quatro línguas, autotraduzindo-se como um método de trabalho – permaneceu inacabada. O último parágrafo do capítulo traduzido do alemão para “Meu caminho de Praga”, soa como prenúncio fúnebre:

“Que eu seja perdoado se reprimo o último trecho do caminho, o Smíchover, pois nesse lugar do percurso quero interromper meu caminho. O que inicialmente eu, como rapaz, corria com pressa e sem fôlego para poder chegar a tempo na aula de latim, e o que eu hoje, como pessoa de idade, percorro sem fôlego para reencontrar a mim mesmo, é a fatalidade inominável que o século 20 deixou

acontecer no palco grandioso de Praga. Essa fatalidade da qual eu fui feito. Essa é a trilha que eu encontrei: a suntuosidade indescritível como palco da catástrofe indescritível”.¹⁴

Bodenlos não obedece em nada as definições tradicionais do gênero autobiográfico, ao menos como defendida por Lejeune no princípio de sua carreira. Não se trata de uma narrativa retrospectiva, cronológica e teleológica, tampouco se refere à vida individual. Dividia em quatro partes, *Monólogo*, *Diálogo*, *Discurso* e *Reflexões*, apenas a primeira se aproxima de uma autobiografia tradicional. O que essa parte obedece, no entanto, é a uma espécie de cronologia existencial, que não se inicia com o nascimento, tampouco na infância. Flusser nasce discursivamente na experiência do exílio, na consciência da perda de todas as bases razoáveis que davam sustentação a seu mundo, este centrado em Praga e apoiado em uma estrutura cultural na qual se reconhecia e se projetava. O *Monólogo* é inaugurado com um “Atestado de falta de fundamento”:

O termo “absurdo” significa originalmente “sem fundamento”, no sentido de “sem raízes”. (...) A tendência das flores sem raiz é o clima da falta de fundamento. O presente livro atestará tal clima.

[...]

O termo “absurdo” significa na maioria das vezes “sem fundamento” no sentido de “sem significado”. (...) A movimentação sem significado, tendo por nada o horizonte, é o clima da falta de fundamento. O presente livro atestará tal clima.

[...]

O termo “absurdo” significa também sem fundamento no sentido de “sem base razoável”. (...) A sensação de estar-se boiando é o clima da falta de fundamento. O presente livro atestará tal clima.¹⁵

Ao abrir dessa forma sua autobiografia, Flusser funda-se, paradoxalmente, como alguém “sem fundamento”. Trata-se do significado do título *Bodenlos*, termo tcheco carrega consigo o duplo

sentido de “sem chão” e “sem fundamento”. Uma experiência que, segundo Flusser, “não pode ser precipitada em literatura, filosofia e arte sem ser falsificada. Pode apenas ser circunscrita em tais formas para ser parcialmente captada.” Ao dar lógica a uma vida, seja dando-lhe sentido ou simplesmente organizando-a em narrativa cronológica, a tarefa autobiográfica traz em si um componente de impossibilidade. Neste caso, ela se mostra duplamente impossível. Flusser não quer apenas dar lógica a uma vida, mas a uma vida marcada pela experiência absurda que levou, no século XX, ao exílio de judeus escapando da ameaça nazista.

O exílio de indivíduos vindos da Alemanha nazista e da Áustria anexada à Alemanha foi, em si, muito peculiar. Sua diferença residiu no exílio em massa de intelectuais, artistas, cientistas, literatos, enfim, representantes da cultura e da ciência, que se viram levados a recomeçar a vida em meio a nova cultura, obedecendo a novos códigos, em novas línguas. Finda a ameaça nazista, a divisão do mundo imposta pela Guerra Fria e os conflitos provocados pelo desmonte da antiga URSS e pela descolonização da África mantiveram atual a discussão sobre o tema. O trânsito de pessoas e culturas continua a formar o mundo contemporâneo, desestruturando noções de pertencimento, nacionalidade e, sobretudo, identidade. Nas palavras de Said, “a moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados”.¹⁶

Assim, desde o título, a autobiografia de Vilém Flusser sugere uma relação de identidade atravessada pela questão do exílio, tomada como vivência sem fundamento. O significado dado a isso, no entanto, merece ser complexificado tendo em vista a retórica da temporalidade entre passado, presente e futuro, tendo em vista as múltiplas tensões enunciadas na obra. Nesse sentido, interessa menos os fatos em si, do que o discurso trabalhado por Flusser em *Bodenlos*.

“Muito provavelmente, tanto história quanto biografia são processos nos quais períodos sistólicos de náusea se alternam com períodos diastólicos de renascimento. [...] Nem história nem biografia têm fundamento ou meta imanente. Na época que agora é o objeto de investigação isto significava que nem história nem biografia têm meta ou fundamento, e que o problema de um possível engajamento renascido se dava em tal clima de absurdo”.¹⁷

Em uma de suas obras mais tardias, a *Fenomenologia do brasileiro*, escrito em 1994 sob o título *Brasilien oder die Suche nach dem neuen Menschen: Für eine Phänomenologie der Unterentwicklung (Brasil, ou a procura de um novo homem: por uma fenomenologia do subdesenvolvimento)*, Flusser observou com originalidade a condição do exílio, colocando-a no centro de seu olhar sobre o Brasil. Com um forte pessimismo, definiu a condição humana a partir do exílio, visto como situação inelutável. O filósofo seria um exilado consciente de seu perpétuo nomadismo, e a filosofia se transformaria literalmente num exercício peripatético. No desenvolvimento de sua análise Flusser constrói um paralelo entre o filósofo e a condição do brasileiro.

O brasileiro, segundo Flusser, não perdeu a “história” – pois nunca esteve nela. Nunca esteve enraizado, nunca teve fundamento, nunca foi dono de si. Desta forma, o termo da alienação se coloca quando aplicado ao problema brasileiro. Alienação significa o alheamento de alguém a algo que seria sua realidade primordial. Alheios a que seriam os brasileiros? Se nunca tiveram uma realidade sua. Desse largo sentido de perda, Flusser abre a vista para o novo, o inesperado, o que está além do pensamento ocidental.

Por detrás da “alienação” manifesta-se o novo, uma estranheza profunda que não permite a acomodação do conhecido, um lugar que ainda está por se construir. O brasileiro seria o habitante permanente da pátria-exílio: a residência do porvir. O filósofo e o brasileiro teriam em comum, para Flusser, sua condição de exilados. A reflexão de Flusser no

caminho que parte da perda para construir o novo é um dos exemplos que apontam para a condição do exílio como um renascer.

Como já foi dito, a condição do exilado é determinada pelo seu estado de provisoriedade. Estrangeiro, sem pátria definida, objeto do escrutínio daquele que o recebe, o homem do exílio é supérfluo no novo território que o acolhe. Muitas vezes incômodo, tem que estabelecer algum tipo de inserção dentro do novo mundo para não ser novamente expulso. O exilado é precário, vive no desconforto de estar no lugar do outro e, fora de si, deverá construir sua experiência de vida, pelo menos até enquanto durar o afastamento da sua terra natal.

Stefan Zweig e o suicídio

Stefan Zweig nasceu em Viena em 28 de Novembro de 1881. A sua família, de origem judaica, enriqueceu rapidamente graças ao investimento nas fábricas industriais de tecidos, tornando-se parte da boa burguesia judaica austríaca. Seu pai se chamava Moritz Zweig e sua mãe Ida Brettauer. Por mais que pertencesse a uma família judia, Zweig diz nunca ter sentido nenhum tipo de desconsideração ou de rejeição naquela época por ser judeu. Nem na escola e nem na universidade. A cidadania austríaca neste momento aparece mais como uma forma de assimilação: “(...) Não era vienense de verdade quem não tivesse esse amor à cultura, essa capacidade de saborear e, ao mesmo tempo, de avaliar criticamente a mais sagrada superfluidade que a vida nos oferece”.¹⁸ Assim, o reconhecimento pela cultura já bastava para sua integração ao complexo mundo austríaco. Na Viena do pré-guerra, imaginada por Zweig, todos conviviam no mesmo espaço e a tolerância era celebrada como uma das questões morais da época.

Após frequentar o primário, Zweig ingressa no liceu, onde começa a traçar o seu futuro como escritor. É no liceu que Zweig entra

com mais força no ambiente cultural de Viena. Todos os alunos mostravam-se interessados pela arte, literatura e pelo teatro da época, o que reforça a interferência da cultura vienense nos estudos. O ambiente era de disputa intelectual entre os alunos, o que acabou sendo decisivo para todo o percurso de vida do autor. A intelectualidade forte de sua juventude se deu pela curiosidade e entusiasmo em conhecer todos os autores, pintores, artistas, filósofos, etc., sendo a literatura o ponto principal da disputa. Hofmannsthal, por exemplo, era considerado pelos meninos do liceu uma referência, pela possibilidade da fama e da realização enquanto jovem.

Por conta de toda a disputa intelectual entre os colegas do liceu, Zweig, que havia crescido intelectualmente acima da média, foi aos dezessete anos aceito na *Gesellschaft* (A Sociedade), revista vanguardista do modernismo, e na *Zukunft* (O Futuro) de Maximilian Harden, revista semanal que exerceu um papel determinante na história política e cultural da nova Alemanha. Sua percepção de mundo parecia, nesse momento, previsível e totalmente possível de planejamentos. No entanto, acaba perdendo sinais importantes da vida política europeia por simples desinteresse. Para ele o mundo político encontrava-se fora do mundo cultural, tornando-se menos importante. Por outro lado a falta de percepção da ascensão de movimentos antissemitas acabou lhe custando caro, como ele mesmo afirma na passagem a seguir:

“Nós, porém, jovens completamente encasulados nas nossas ambições literárias, pouco notávamos das perigosas transformações que estavam a ter lugar na nossa pátria: só tínhamos olhos para livros e quadros. Não tínhamos o menor interesse por questões de caráter político ou social: que importavam essas brigas estridentes na nossa vida? A cidade ficava em polvorosa por causa das eleições e nós nos metíamos nas bibliotecas. As massas levantavam-se e nós escrevíamos e discutíamos poemas. Não víamos os sinais de fogo na parede, e inconscientes como outrora o rei Belsazar, íamo-nos saciando com todas as deliciosas iguarias da arte, sem olharmos

apreensivamente para o futuro. E só quando, passadas décadas, o telhado e as paredes nos caíram em cima, compreendemos que os fundamentos estavam minados havia muito e que, acompanhando o nascimento do novo século, também se dera início ao declínio da liberdade individual na Europa”.¹⁹

Formado no liceu, Zweig ingressa na faculdade. A sua escolha foi de total liberdade, já que seu irmão mais velho havia tomado conta dos negócios familiares. A universidade era um importantíssimo fator de distinção social na época, e para a sua família era fundamental que Zweig a frequentasse. Acabou escolhendo a filosofia abstrata, por se tratar de um curso que permitia mais tempo livre para os próprios estudos, e fez um acordo consigo mesmo: desfrutava o melhor possível de sua liberdade durante os três primeiros anos da faculdade, e no último se apressava em escrever uma dissertação qualquer. Foi durante este período, com dezenove anos, que o autor teve seu primeiro livro publicado- um livro de poemas que saiu na *Neue Freie Presse*. Esta publicação afetou diretamente a sua vida privada, seus pais passaram a respeitá-lo e Zweig ganhava, aos poucos, o reconhecimento da sociedade vienense.

Assim que se forma trata de viajar o máximo que pode, em 1904 viaja para Paris e em seguida para Londres e depois de algum tempo as fronteiras da Europa foram ultrapassadas: primeiro foi para a Índia, onde pela primeira vez escutou as ideias que giravam em torno do conceito de raça, ideias, que segundo ele, “assombravam o século com uma peste mais funesta do que aquela que havia assombrado os séculos passados” [ZWEIG], e em seguida foi para a América.

Em 28 de julho de 1914, após a morte do herdeiro do império austro-húngaro na Bósnia, a Primeira Guerra explodiu. Zweig voltava da Bélgica quando a invasão alemã acontecia. Foi na viagem de volta que sentiu realmente o perigo junto à possibilidade de guerra. Chegando na

Áustria já pôde observar os desfiles patrióticos de jovens recrutas. Esse primeiro levante de massas parecia, para ele, “pertencer a algo grandioso e histórico”. No entanto, Zweig foi um dos que não sucumbiu à embriaguez do patriotismo, devido à vida cosmopolita que levava até então.

O período entre guerras foi novamente ilusório. A década entre 1924 e 1933 foi descrita por Zweig como um período de pausa na sequência de catástrofes que sua geração vivenciou. Foi, também, o momento em que ele conhece o sucesso tornando-se um dos autores de língua alemã mais lido e traduzido. Com a ascensão de Hitler ao poder em 1933 todo esse cenário estável é destruído: seus livros são perseguidos e proibidos, assim como suas peças. Os amigos começavam a desaparecer, pois ficavam com medo de se relacionarem com um judeu.

No inverno de 1933 Zweig resolve passar um tempo em Londres, a fim de fugir da situação em que a Áustria se encontrava. Em 1934, quando retorna a Áustria, percebe o quanto os grupos nacionais socialistas haviam progredido. Observando o quanto o cenário político estava comprometido no país, o autor decide – 1938 - deixá-lo, mudando-se para a Inglaterra.

O ano de 1939 foi especialmente incômodo para Stefan Zweig. Vivendo na Inglaterra, como exilado, não conseguia sustentar a rotina de trabalho que o permitia produzir com intensidade com que estava acostumado. Com a anexação da Áustria pelos nazistas e tendo ascendência judaica, Zweig tornou-se apátrida. Não era mais austríaco, pois a Áustria desaparecera, nem alemão posto que pesava sua herança “racial”. Comenta o Zweig em sua autobiografia:

“Precisamente o indivíduo sem pátria, em um novo sentido, se torna livre – e só quem já não está preso à coisa alguma, não necessita mais respeitar coisa alguma. Nasci em 1881 num grande e

poderoso império, na monarquia dos Habsburgos. Porém, não a procurem no mapa: ela foi extinta e não deixou vestígios. Cresci em Viena, a bimilenária metrópole e – como um criminoso – tive de abandoná-la, antes de ter sido ela rebaixada a condição de simples cidade alemã de província. Minha obra literária no idioma em que a escrevera foi reduzida a cinzas, no mesmíssimo país em que meus livros fizeram milhões de leitores amigos seus”.²⁰

Com o agravamento da Guerra a situação de Zweig tornou-se cada vez mais difícil. Seu sotaque germânico chamava atenção, e logo as autoridades britânicas passaram a monitorar o escritor. Suas atividades, movimentação e correspondência, passaram a serem vigiadas pelas autoridades locais. Ele mesmo sentia um mal-estar, porque agora era um exilado político com status de “inimigo”. Tinha de comparecer constantemente perante as autoridades, preencher formulários e mais formulários:

“Por isso já não pertenco a lugar algum, em toda parte sou estrangeiro e na melhor das hipóteses hóspede. Até a verdadeira pátria que meu coração escolhera para si – a Europa – eu a perdi desde que ela pela segunda vez se dilacerou numa guerra fratricida. Outras vezes surpreendo-me a dizer ‘minha casa’ e imediatamente não sei de qual delas quis falar, se da em Bath ou da em Salzburg ou da casa paterna em Viena (...) tenho de me lembrar de que para os seres humanos da minha pátria há muito tempo tão pouco pertenco a ela como para os ingleses ou norte-americanos pertenco a seus países, tenho de me lembrar de que a terra onde nasci já não me acho organicamente preso e nestas outras nações nunca estou inteiramente incorporado”.²¹

Vivendo no exílio, Zweig fez ao total três viagens ao Brasil. A primeira data de 1936, quando Zweig já residia na Inglaterra em exílio. O Brasil acabou sendo parte da viagem que havia como destino principal Buenos Aires e o convite para a participação do PEN Club de 1936. Em seu diário, Zweig escreve a sensação de entrar pela primeira vez na Baía de Guanabara:

“Pela manhã, a entrada da baía: magnífico. Primeiro surgem as ilhas, verdes ou rochosas, emergindo do mar; em seguida, ligeiramente embaçado pela névoa da manhã, o Corcovado, com a cruz, e o Pão de Açúcar, ambos ficando como monólitos, e, encostada neles, formada por lindas baías curvadas, a cidade, que sempre começa de novo, por ser entrecortada pelas colinas que se lançam para baixo com os dedos de uma mão para dar consistência a tudo. [...] É inesquecível esta primeira vista, eternamente vou tê-la em meus olhos. A imagem modifica a cada ângulo, e de cada ângulo tem-se uma visão diferente da beleza- o Rio não tem uma só vista, como Nápoles, ele é bonito de todos os lados, olhando do alto das montanhas em direção ao mar ou vice-versa, e da praia ou de qualquer ponto de vista. A isto acrescentam-se as cores suaves e quase cantantes. Esta cidade realmente tem magia”.²²

Na cidade do Rio de Janeiro, Zweig é recebido como uma celebridade em sua primeira viagem. Foi recepcionado por Jimmy Chermont, diplomata que o Itamaraty designara para ser seu cicerone e por Abrahão Koogan, seu editor no Brasil. Passou ao total doze dias em solo brasileiro e em seguida embarcou para Buenos Aires. Nestes doze dias conheceu Getúlio Vargas pessoalmente e ainda foi para São Paulo, Campinas e Santos, da onde embarcou para a Argentina .

Em 1939, já na condição de apátrida, Zweig, passou a solicitar a cidadania inglesa e enquanto esperava solicitou também a naturalização brasileira. Com o começo da Segunda Guerra em 1939, Zweig vai com a sua segunda mulher, Charlotte Elizabeth Zweig (Lotte), para os Estados Unidos e em seguida concretiza a sua segunda visita ao Brasil, ficando no Rio de Janeiro até 1941.

Na segunda viagem chegaram ao Rio de navio. O resto da viagem foi feito por carro ou avião. O casal passou desta vez por São Paulo, Belo Horizonte, cidades históricas de Minas, Recife, Salvador. É também ao longo desta segunda viagem que Zweig e sua mulher recebem os vistos permanentes para morar no Brasil. Em seguida vão para Buenos Aires, Rosário, Córdoba e Mendoza. Também passaram uma temporada de quinze dias em Teresópolis, na serra carioca. Pela

última vez, Zweig sai de solo brasileiro e se destina novamente à América do Norte com sua mulher, passando uma temporada de sete meses.

Enquanto Zweig viajava pelo território brasileiro, começou a escrever o seu famoso livro *Brasil, país do futuro*. Ele foi finalmente concluído na última estadia nos Estados Unidos e publicado em 1941 em diversos idiomas simultaneamente: francês, português (duas edições-portuguesa e brasileira), alemão e sueco. O livro se dispõe a apresentar o Brasil ao estrangeiro. Além de reunir capítulos sobre a história e a economia do país, *Brasil, país do futuro* apresenta a descrição de diferentes estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Recife abarcando as suas diversas culturas.

Em 1942 Zweig e Lotte se mudam definitivamente para o Brasil. Durante esta última estada no Rio de Janeiro, em 1942, Zweig se viu cercado apenas por outros refugiados, como, por exemplo, Emst Feder, Fortunat Strowski, Victor Wittkowski, e por seu editor no Brasil, Abrahão Koogan. Lotte e Zweig se estabeleceram em Petrópolis, cidade na serra do Rio de Janeiro, onde finalizou sua autobiografia, *O mundo que eu vi*" e escreveu a novela *O Jogador de Xadrez*.

Quando recebeu em 1936 o convite para vir ao Brasil, Zweig compartilhava dos estereótipos europeus sobre as condições do país, pensava encontrar, “como em qualquer república da América do Sul”, um clima quente e insalubre, condições políticas intranquilas, dívidas arruinadas e civilização parcial. Pensava que o Brasil era um país destinado aos colonos e que nunca pudesse lhe trazer um estímulo do espírito como lhe trouxe. Esse pensamento, do qual se envergonharia depois, foi o ponto de partida para uma das maiores invenções literárias do escritor austríaco: a ideia do Brasil como o futuro do mundo.

A sua chegada ao Rio, pela primeira vez em 1936, teria lhe causado umas das mais fortes impressões de sua vida (como vimos na citação retirada de seu diário). Ficou comovido e maravilhado com a beleza natural da terra e ainda com a nova forma de civilização encontrada. Zweig se entusiasmou com o tamanho do Brasil e defende que este país, que mal explorou suas terras, representará para as gerações vindouras algo de inestimável. Ele ainda acreditava que o Brasil seria o futuro do mundo já que seu território gigantesco, juntamente com a sua beleza exuberante, ainda não tinham sido explorados por completo, deixando a sensação de grandiosidade que o país havia de protagonizar. Ao longo de sua obra, entretanto, Zweig se preocupa em deixar claro que não conhece por completo o país, e nem poderia conhecer, já que “seu território é tão vasto que nem mesmo as expedições científicas deram conta”.

Por outro lado os acontecimentos terríveis que assombraram a geração de Zweig acabaram alterando essencialmente a opinião dele sobre o valor das palavras “civilização e cultura”. Defende que é melhor que se tenham faltas precisas no desenvolvimento material do país do que faltar consciência moral nos seres humanos, tal como aconteceu na Europa. O Brasil é então apresentado como alternativa à Europa, já que é possível a boa relação entre as diversas etnias.

O Brasil, na imaginação de Zweig, seria um exemplo de convivência tolerante, podendo ensinar o mundo aquilo que o pensamento europeu destruíra: a passividade. Imigrante, recém-chegado da Áustria hitlerista, o que mais o atrai é como a diversidade étnica do país não atrapalha a convivência entre os nacionais. Para ele o problema da diversidade dentro das nações europeias, que se tornou central à sua geração, foi ultrapassado perfeitamente pelo Brasil. É por este motivo que Zweig defende ter escrito a obra, *Brasil, o País do Futuro*: para

testemunhar gratamente o que encontrou e para mostrar que o país não merece somente a atenção, mas a admiração do mundo inteiro, pois, “ao passo que na Europa, agora mais do que nunca, domina a quimera de quererem criar seres humanos “puros”, quanto à raça, como cavalos de corrida ou cães de exposição, a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre e sem estorvo, da completa equiparação de preto, branco, vermelho e amarelo”.²³ O Brasil surge aos olhos do escritor como uma esperança para a moral humana, pois enquanto ela aparece destruída na Europa, esta funcionando perfeitamente em solo estrangeiro.

A publicação de seu livro, que tinha intenção de ser um guia de viagens, foi um sucesso de vendas no Brasil ao mesmo tempo que foi mal recebido pela maioria dos intelectuais brasileiros. Muitos alegavam que sua obra tinha sido uma encomenda do Estado Novo. O livro, segundo os intelectuais da época, era muito ufanista e tinha elogios de mais para um país que se encontrava governado por uma ditadura. Assim Zweig descreveu o Brasil em seu livro:

“...o europeu que chega ao Brasil para visitá-lo mais ou menos demoradamente, têm aqui muito que aprender. Encontra outro sentimento de tempo. Aqui o grau de tensão da atmosfera é menor, os indivíduos são mais afáveis, os contrastes menos fortes, a natureza está mais próxima, o tempo não está cheio de ocupações, as energias não se acham tão fortes e extremamente tensas. Vive-se aqui mais pacífica, portanto, mais humanamente, não se vive tão maquinal, tão padronizadamente como nos Estados Unidos, não se vive superexcitado e envenenado pela política como na Europa. Porque neste país há espaço em torno dos indivíduos uns não acotovelam sofregamente os outros; porque aqui há futuro, a atmosfera é mais tranquila e o indivíduo está menos aflito e excitado”.²⁴

Essa imagem positiva e futurista do Brasil recebeu uma recepção controversa. Muitos intelectuais brasileiros, que viviam sob a mão autoritária do Estado Novo, não se aproximaram de Zweig vendo essa

narrativa como uma adesão ao governo varguista. Os grandes intelectuais brasileiros, como por exemplo, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre e Jorge Amado, não mantiveram contato com Zweig nem procuraram conhecê-lo. Seu livro bem intencionado para com o Brasil contribuiu assim para isolá-lo ainda mais.

As críticas foram publicadas no Jornal *O Correio da Manhã*, o principal jornal da época e duraram cinco dias consecutivos. A má reputação de seu livro fez com que Zweig se visse totalmente excluído do meio intelectual carioca mudando-se então para Petrópolis. Foi na região serrana que Zweig passou os últimos meses de sua vida, dedicando-se a suas últimas obras.

A pouca movimentação da cidade acabou acelerando uma depressão que tomava conta de Zweig aos poucos. A esperança de um recomeço no Brasil havia começado a se distanciar com as críticas duras que seu livro havia recebido. A calma de Petrópolis acabava acentuando o pensamento direcionado à Europa na guerra e a perseguição nazista. A vida de Zweig tornava-se cada vez mais vazia, sem seus livros, seus amigos, suas publicações e sua pátria. Petrópolis tornou-se, assim, o ponto final de sua trajetória de exilado. Em 22 de fevereiro de 1942, Zweig se suicida em conjunto com sua mulher

Um país que não possuía, para ele, a perseguição racial como vista na Europa estava no mais alto grau de civilidade, independente de seus problemas materiais. Zweig imaginava que o Brasil era um lugar que possibilitava o recomeço de uma vida, porém a sequência de acontecimentos desastrosos que marcaram sua geração acabaram destruindo no autor a vontade de recomeçar. Longe de sua pátria, de sua língua e de seus livros o escritor não conseguiu driblar a depressão que estava se instaurando aos poucos. As notícias da guerra lhe chegavam e cada vez mais a descrença na moral europeia se concretizava.

No verão de 1942, acreditando que a intolerância nazista venceria a Guerra e que o futuro seria vivido numa humanidade onde não teria lugar, cometeu suicídio ao lado da esposa. O suicídio de Zweig representa uma posição frente ao exílio: a descrença e a tristeza. Perder tudo exige mesmo “forças descomunais para começar de novo” e a sua idade e seu olhar crítico frente ao mundo não permitiram que isso acontecesse. Sua morte, num certo sentido, foi um ato de resistência, uma negação a uma vida sem lugar que se manifesta na experiência do exílio.

Considerações finais

Todos os autores , cujas trajetórias intelectuais foram tratadas nesse artigo, experimentaram com intensidade, dada a vivência exilar, a situação crítica do estranhamento. Carpeaux, Flusser e Zweig. Viveram uma parte importante de suas vidas como deslocados e nessa condição conseguiram observar de forma peculiar temporalidades e historicidades distintas. Brasil e Europa, o mundo antes e depois das catástrofes são temas que fazem desses e de muitos outros intelectuais em condições exilares sismógrafos culturais ao quais temos que estar atentos. A assimilação, o desenraizamento ou o suicídio foram as respostas dadas a um tempo de crise, mas também foram marcas do compromisso ético desses intelectuais.

A perda do lugar de fundação como condição de vida permitiu que muitos exilados se reinventassem nesse processo, bem como criassem novas possibilidades sobre a interpretação do mundo que a sua volta parecia entrar e permanecer em colapso. Os exilados, excluídos de sua comunidade de origem e de qualquer destino coletivo, tornaram-se

cientes da responsabilidade de criar o seu próprio trajeto e assim fizeram Carpeaux, Flusser e Zweig.

Notas

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: mparada@ig.com.br

¹ ADORNO, T. **Minima Moralia**. Lisboa: Edições 70, 2001. p. 19.

² Cf. CRUZ, D. R. **Exílio**. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999. Ver também: MASSENA, A. P. **Exílio em Moçambique**: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005; PAIVA, T. M. C. **Herdeiros do exílio**: memórias de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar. Mestrado, PUC-RJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

³ KESTLER, I. F. **Exílio e literatura**: escritores de fala alemã durante a época do nazismo. São Paulo: EdUSP, 2003.

⁴ TRAVERSO, E. **La historia como um campo de batalla**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2012. p. 237.

⁵ ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁶ HARTOG, F. **Regimes de historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

⁷ TRAVERSO, E. op.cit. pp. 238-240.

⁸ SCLiar, M. **Max e os felinos**. Porto Alegre: LP&M, 1981. p. 38.

⁹ KESTLER, I. op. cit.

¹⁰ KOIFMAN, F. **Imigrante ideal**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

¹¹ VENTURA, M. **De Karpfen a Carpeaux**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

¹² CARPEAUX, O. M. **Ensaio reunidos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 420.

¹³ BERNARDO, G.; MENDES, R. (org.) **Villém Flusser no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

¹⁴ FLUSSER, V. **Bodenlos**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 245.

¹⁵ *ibid.*, p. 19.

¹⁶ SAID, E. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁷ FLUSSER, V. op. cit., p. 37.

¹⁸ ZWEIG, S. **O mundo que eu vi**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 14.

¹⁹ *ibid.*, p. 52.

²⁰ *ibid.*, p. 49.

²¹ *ibid.*, p. 483.

²² ZWEIG, S. **Brasil, o país do futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. p. 8.

²³ *ibid.*, p. 60.

²⁴ *ibid.*, p. 87.